

# **O DIÁLOGO DE SABERES NO ENCONTRO DAS IDENTIDADES: A extensão rural frente ao desenvolvimento local sustentável em áreas indígenas**

## **THE DIALOGUE BETWEEN KNOWLEDGES AT THE MEETING OF IDENTITIES: rural extension in the face of sustainable local development in indigenous areas**

**Daniel Muniz Rocha do Nascimento**

Engenheiro de Produção, Pós-graduado em Segurança do Trabalho, Mestre em Administração Pública, Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (UNIVASF)  
dmrn\_99@hotmail.com.

**Jussara Keila Nascimento Souza Silva**

Servidora pública em Petrolândia-PE, atualmente professora de Ensino Religioso e Língua Portuguesa, coordenadora pedagógica e estudante da Segunda Licenciatura em Ciências Biológicas (UNIASSSELVI), Mestra em Extensão Rural (UNIVASF), cursando especialização em Educação Ambiental e Sustentabilidade e em Libras  
jussarakeila420@gmail.com.

### **RESUMO**

O artigo afirma a necessidade de um novo papel da extensão rural frente aos desafios impostos para o desenvolvimento local. Desde o processo de formação dos referenciais básicos são recebidas informações a respeito de culturas e povos, na maioria das vezes sem aprofundar e sem enriquecer seus conhecimentos. No contexto da comunidade e dos atores envolvidos é preciso uma articulação para um projeto dentro de um determinado território, no sentido de valorizar os saberes locais e as riquezas potenciais. Entende-se, ainda, que as áreas indígenas devem ser vistas como lugares de atividades complexas e racionais, múltiplas e dinâmicas como o turismo ecológico, o artesanato, a conservação da paisagem, que permitem as etnias acesso e condições de qualidade de vida, semelhante às pessoas que vivem nas áreas urbanas. Qual é a representação das comunidades indígenas? E como tratar a temática dos povos tradicionais a respeito de suas culturas? É necessário iniciar na tentativa de tomar consciência da linguagem que é utilizada pelos extensionistas e das perguntas que se faz sobre o poder da língua falada e escrita pelos povos indígenas.

**Palavras-chave:** Ancestralidade. Etnia. Memórias. Religiosidade. Subjetividades.

### **ABSTRACT**

The article affirms the need for a new role of rural extension in face of the challenges imposed for local development. From the process of formation of the basic references, information about cultures and peoples is received, most of the time without deepening and without enriching their knowledge. In the context of the community and the actors involved, it is necessary to articulate a project within a given territory to value local knowledge and potential wealth. It is also understood that indigenous areas should be seen as places of complex and rational, multiple, and dynamic activities such as ecological tourism, handicrafts, landscape conservation, which allow ethnic groups access and quality of life conditions, similar people living in urban areas. What is the representation of indigenous

communities? And how to deal with the issue of traditional peoples about their cultures? It is necessary to start an attempt to become aware of the language that is used by the extensionists and the questions that are asked about the power of the language spoken and written by the indigenous peoples.

**Keywords:** Ancestry. Ethnicity. Memoirs. Religiosity. Subjectivities.

## INTRODUÇÃO

Na busca de desenvolver competências individuais e coletivas capazes de fazer com que sejam repensadas as práticas, as elaborações e implementações dos projetos de pesquisas, a disciplina obrigatória Desenvolvimento Sustentável, ministrada pelos docentes, Lúcia Marisy, Vanderley Carvalho e Denes Vieira, procurou demonstrar a extensão rural como um instrumento fundamental no contexto das políticas públicas existentes. A disciplina visou possibilitar uma melhor compreensão da assistência técnica e da comunicação e extensão rural na reorganização do espaço, no contexto das relações locais, em relação à forma como se articula a criação e a recriação de novas atividades produtivas.

Um conjunto de atividades não agrícolas ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; [...] algumas a partir da valorização do meio rural como espaço de moradia e lazer (turismo rural) e outras como decorrência de atividades de proteção da natureza. Nesse processo, o meio rural deve se aproximar de uma dinâmica territorial, que enseje modelos e/ou arranjos produtivos que valorizem a identidade local, os recursos naturais, o capital humano e social existentes (TONET, p.29, 2008).

É importante entender que a extensão rural é parte de um projeto político, e que suas concepções e práticas vão sendo reconstruídas, ao longo do tempo, a fim de atender às finalidades políticas e econômicas hegemônicas em uma determinada época, e que, atualmente, o Estado Brasileiro, ao seguir a política de redução dos gastos públicos, tem direcionado os recursos párea a população que está a margem e a extensão rural pública governamental tem se voltado para uma parcela dos agricultores familiares. É preciso perceber que ao trabalhar com assistência técnica nos setores (prefeituras, empresas privadas e grandes cooperativas, ONGs, associações), muitas das práticas da extensão rural devem ser mobilizadas.

Desenvolvimento rural pressupõe planejamento de ações para aproveitamento dos atributos particulares voltados para mercados que valorizem a paisagem, a biodiversidade, a qualidade e a cultura local. O desenvolvimento enseja uma trajetória de mudanças estruturais e não apenas conjunturais, ou seja, é necessário transformar em longo prazo a educação (TONET, p.29, 2008).

O Conselho Nacional de Saúde na resolução nº 304 de 09 de agosto de 2000 procura afirmar o respeito devido aos direitos dos povos indígenas, os territórios, as culturas e os recursos naturais dos povos indígenas do Brasil. Reconhece ainda o direito de participação dos índios nas decisões que os afetem e que haja respeito aos direitos dos povos indígenas enquanto sujeitos

individuais e coletivos de pesquisa. Nós devemos considerar as peculiaridades de cada povo e/ou comunidade, os benefícios e vantagens trazidos com a presença de extensionistas devem atender às necessidades de indivíduos ou grupos, ou das sociedades afins e/ou da sociedade nacional, levando-se em consideração a promoção e manutenção do bem estar, a conservação e proteção da diversidade biológica, cultural, a saúde individual e coletiva e a contribuição ao desenvolvimento do conhecimento e tecnologia própria.

Considera-se, portanto, que há necessidade de um novo papel ou postura da extensão rural frente às necessidades atuais, devendo os trabalhos de extensão rural estar baseados no desenvolvimento ambientalmente sustentável, economicamente viável e socialmente justo (TONET, p.31, 2008).

Qualquer atuação em comunidade indígena deve: Respeitar a visão de mundo, os costumes, atitudes estéticas, crenças religiosas, organização social, filosofias peculiares, diferenças linguísticas e estrutura política; Não admitindo a exploração física, mental, psicológica ou intelectual e social dos indígenas; Nem tampouco admitir as situações que coloquem em risco a integridade e o bem estar físico, mental e social; Ter a concordância da comunidade garantindo a igualdade de consideração dos interesses envolvidos, levando em conta a vulnerabilidade do grupo em questão. Recomenda-se, preferencialmente, a não geração de conflitos e/ou qualquer tipo de mal estar dentro da comunidade e que não haja violação nas formas de organização e sobrevivência da comunidade indígena, relacionadas principalmente à vida dos sujeitos, aos recursos humanos, ao conhecimento das propriedades do solo, do subsolo, da fauna e flora, às tradições orais e a todas as expressões artísticas daquela comunidade (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE /RESOLUÇÃO Nº 304, 09 DE AGOSTO DE 2000).

Entendemos por Povos Indígenas pessoas com organizações e identidades próprias, em virtude da consciência de sua continuidade histórica como sociedades. O ser Índio é quem se considera pertencente a uma comunidade indígena e é por ela é reconhecido como membro. Qual seria o melhor diálogo e as prováveis soluções para uma metodologia participativa no convívio harmonioso dos extensionistas rurais com os índios?

Além disso, faz-se necessário horizontalizar e democratizar os processos de gestão e de decisão, das instituições de extensão rural, sejam elas públicas ou não governamentais, incluindo nelas a possibilidade de participação dos beneficiários. Essa nova perspectiva de ação, além do conhecimento técnico, exige que o extensionista seja um mediador de saberes e conhecimentos, um agente impulsionador do desenvolvimento das comunidades rurais (TONET, p.32, 2008).

Os índios Fulniô “povo da beira do rio” conservaram o seu idioma, são todos bilíngues, eles vivem em Águas Belas-PE em contato diário com os brancos, mas não perderam sua identidade, são os únicos indígenas do Nordeste que mantêm viva a sua língua nativa Yathê, que significa “nossa boca, nossa fala”. Os índios vivem em sua maioria do artesanato, suas manifestações

culturais incluem a dança e a música inspiradas na natureza, para eles a origem do índio é a sua linguagem.

São Índios Isolados aqueles indivíduos ou grupos que evitam ou não estão em contato com a sociedade envolvente. Neste contexto, podemos afirmar que os índios Fulniô limitam e excluem de certo modo as intensas relações do mundo dentro da aldeia e do Ouricuri, para evitar a perda da sua língua e das suas tradições.

Além da aldeia a comunidade possui no território outro lugar de moradia, que habitam durante os rituais secretos do Ouricuri (espaço sagrado), onde não é permitida a entrada de não-índios e de outros índios que não sejam os da etnia Kariri-Xocó (mesmo sendo parentes dos Fulniô), o que ocorre nesse retiro religioso de três meses (setembro, outubro e novembro) é um mistério, durante esse período os homens permanecem em local reservado no Juazeiro Sagrado.

É importante, nessa abordagem inicial, a compreensão do conceito de lugar para um melhor entendimento do objeto de estudo. Para Rodrigues (2015) os autores humanistas defendem que a experiência vivida no espaço é indispensável para definição do lugar, assim a experiência do indivíduo é essencial para entender características do lugar, pois ninguém que não tenha vivido pode saber. Já a corrente da geografia crítica acredita que os lugares “são nós de interação de redes social, econômica, e política global” (RODRIGUES, 2015, p.5042). A primeira preocupação que se impõe ao começar este artigo é submeter à extensão rural a uma aproximação semântica do termo Lugar e a uma análise crítica da sua relação com a comunicação indígena que propomos nas palavras a seguir.

## **DESENVOLVIMENTO**

Ao definir o objetivo deste artigo, deixa-se explícito que é imprescindível conhecer e discutir o aprendizado indígena e a prática da extensão rural nas aldeias para produzir uma compreensão antropológica a cerca da educação contextualizada e étnico-cultural. O percurso estabelecido na conexão do tema escolhido leva em consideração a representação de si e do outro como espaço de resistência, que é uma circunstância inescapável em qualquer sociedade e que existe efetivamente, já que as pessoas têm que atender a diversas necessidades de comunicação verbal e em qualquer que seja a condição estamos em contato com o coletivo e suas diversidades, que cumprem funções sociocomunicativas específicas.

Nesse sentido é que os extensionistas rurais realizam um propósito particular em uma situação específica para dar conta dessas demandas sociais, relativas a eventos de letramentos variados.

Nessa perspectiva:

Por meio de relatos dos usos e significados do letramento em outros lugares e épocas, gostaria de situar a discussão sobre o letramento contemporâneo numa perspectiva mais ampla. [...] espero demonstrar a variedade e complexidade dos letramentos e desafiar algumas suposições dominantes sobre letramento em nossa própria cultura. Quero contemplar o letramento, primeiramente, fora do arcabouço da educação [...]; oferecer análise qualitativas em vez de quantitativas; e situar as práticas de letramento no contexto do poder e da ideologia, e não como uma habilidade neutra, técnica (STREET, 2006, p. 465).

As proposições propostas neste artigo tratam da trajetória social complexa das estratégias de desenvolvimento racional no diálogo de saberes, numa nova perspectiva para pensar a sociedade indígena e o pensamento dos extensionistas rurais a cerca do seu papel frente ao território indígena. Em nossa cultura é atribuído à extensão rural o papel principal de levar o conhecimento técnico as áreas rurais, porém à extensão rural ainda esforça-se por um projeto que contemple, de fato, as práticas sociais de uso do seu conhecimento em áreas indígenas.

Para tal, é necessário abordar realmente a variedade existente como um conjunto de manifestações socioculturais que merece ser conhecido, apreciado, recriado e valorizado, além de apenas expor a diversidade do conhecimento como uma curiosidade. A perspectiva de comunicação baseada no conceito de Freire (1983) está pautada num conceito de língua como interação que vem descrever a relação entre o propósito social da extensão rural.

Às críticas que fazemos são relativas ao enfoque se concentrarem no passado de maneira secundária, a história aparece estagnada, falar de negros e índios é passado, mas também é presente e futuro, eles não foram apenas em função de colonizadores e sua historiografia básica europeia, eles estão em progresso, acumulando e transformando, marcados por eventos de letramentos significativos.

Percebe-se que o foco de trabalho nas aulas em algumas instituições que formam os extensionistas ainda está longe de ser a pesquisa de campo que leve em consideração as peculiaridades de cada local, na maioria das vezes não conseguem cumprir seus objetivos relativos a conhecimento cultural das comunidades, em função da indisponibilidade, de não identificar-se com a área, da falta de integração e de compromisso, tornando-se meros repetidores diante da inadequação nos cursos de formação para o ensino da pesquisa, o que

ocasiona, falta de organização e/ou direção adequada; abrangendo, em geral, a escolha limitada de fontes de informação.

A pouca representatividade da pesquisa em área indígena por parte dos próprios índios evidencia a escassez na formação inicial, a saber: ausência de direção na busca pelo uso da informação, acarretando a dificuldade na realização e na execução dos trabalhos e isso se reproduz, daí a necessidade de uma boa base, infelizmente em nossa realidade não é perceptível à devida importância a ser dada durante este alicerce. Concepção simplista do termo pesquisa, sem a visão crítica da pesquisa como ato de resistência e de identidades.

De forma geral, é reconhecida a real importância da pesquisa na prática extensionista, auxiliando docentes e discentes a transformar informação em conhecimento profícuo na avaliação e no ensino. Saber procurar e aplicar as informações na produção do conhecimento é acrescer no âmbito da indagação as problemáticas, ansiando abordar às conclusões, ainda que essas sejam de cunho provisório. As pesquisas mostram que é preciso educar na busca pela informação de forma efetiva.

As pesquisas efetuadas neste espaço evidenciam os benefícios provenientes do avanço da extensão rural, mas não deixam de apontar os obstáculos percebidos nos procedimentos, há evidências dessa problemática, como: a dificuldade em aperfeiçoar-se de maneira adequada para construir conhecimentos importantes e pertinentes com recursos variados que culmine com grande número de trabalhos que apresentem organização e o uso das informações durante o processo investigativo.

Alguns problemas para o desenvolvimento do trabalho da extensão em território indígena são: o individualismo, a desconfiança, a falta de associações de produtores, a falta de recursos humanos ou de cobertura do trabalho, a resistência a mudança e a adoção de tecnologias, a descontinuidade das políticas e projetos de desenvolvimento, a falta de apoio do governo, o baixo nível de instrução, pouco interesse, falta de aproximação, escassa infraestrutura ou sua inadequação, entre outros fatores.

Os elementos-chave da concepção da tarefa de extensão rural são: a gestão de grupos de maneira a evitar conflitos, o fortalecimento de vínculos com a mudança de mentalidade e não a mera transferência e/ou adoção de tecnologias, ao capacitar, ensinar e formar é preciso valorizar a

participação efetiva da comunidade levando em conta as necessidades, os interesses, a cultura e a racionalidade camponesa neste trabalho.

As tentativas de transferência direta de tecnologia fracassaram, o que tornou evidente as limitações dos especialistas com suas visitas e levantamentos na busca por métodos mais eficazes para saber mais sobre as condições de vida e sobre os habitantes das áreas rurais ainda com a apropriação enquanto fonte de informação, começou-se a perceber que o conhecimento técnico nativo tinha uma grande riqueza e valor. Apesar do contato direto no campo entre os pesquisadores e a população local, oferecendo informações com amplitude e qualidade de forma extrativa, o extensionista ocupava o centro do palco, sendo o ator principal ao fazer suas análises oferecendo as soluções.

Enfatiza-se que os extensionistas para dedicarem maior e melhor atenção ao comportamento, aos métodos e atitudes em suas relações com o território como ator social é de extrema relevância a discussão em grupo e que exista a real participação da comunidade, sendo essa necessidade urgente, como direito inalienável e dever do cidadão, recomenda-se o uso da linguística aplicada interdisciplinar no ensino da extensão rural no Brasil e no que tange a questão dos índios, conhecer o letramento indígena.

### **POR UMA EXTENSÃO RURAL QUE FAÇA USO DE UMA LINGUÍSTICA APLICADA INTERDISCIPLINAR**

Trazer a extensão rural para a realidade local é de extrema importância no contexto de mudança social, do desenvolvimento de programas, dos usos da oralidade e do letramento indígena como construtos ideológicos em estudos interculturais que tragam algumas sugestões apesar dos problemas e implicações dos novos papéis para os extensionistas rurais. O modelo proposto de extensionista não deve vê a comunidade desvinculada do contexto de sua produção, para a mesma não ser interpretada sem está atrelada a essa relação completa em si mesmo. O modelo ideológico de letramento proposto por Street (2014) considera que a escrita e a leitura envolve não só elementos culturais, mas estruturas sociais de poder, as práticas mudam segundo o contexto.

Dessa maneira, educadores e pesquisadores com muita persistência estão empenhados para o desenvolvimento do letramento e de uma aprendizagem significativa, No entanto, os

pesquisadores têm encontrado muitas problemáticas a serem superadas para que se obtenha melhor desempenho educacional, como a dificuldade na execução das abordagens interdisciplinares e na interpretação do currículo como ruptura da concepção restrita sobre pesquisa. É preciso que durante a pesquisa orientada haja o avanço da competência para produzir conhecimento científico, e da interpretação crítica dos significados e (re) significados. Ainda há que se discutir as ações políticas e educacionais que podem de veras contribuir para a melhoria da extensão em todas as esferas. Isso porque o letramento agrega o saber prático:

“O que vem a ser uma pessoa, a ser moral e a ser humano em contextos culturais específicos é muitas vezes representado pelo tipo de práticas de letramento em que a pessoa está comprometida. Isso é enfatizado pelas maneiras como, durante o Ano Internacional da Alfabetização, as organizações (UNESCO inclusive) acabaram por associar letramento com a ideia de uma pessoa plenamente humana, brilhando em contraste com o espaço escuro do 'analfabetismo'. Eu gostaria de sugerir que isso é característico dos modos como letramento e personalidade estão interligados em diversos discursos culturais e serve para nos lembrar que a aquisição do letramento envolve mais do que habilidades meramente técnicas”(STREET, 2006, p.469).

Os estudos sobre letramento ultimamente têm a sua atenção voltada para o letramento autônomo. Brian Street (2014) conclui que é necessário entender a importância do letramento como prática social reconhecendo a sua ideologia ao explicitar o modelo com o qual trabalha a natureza ideológica do letramento na construção do seu significado, preocupando-se não só com as instituições de ensino, a sociedade, a família e a comunidade.

Durante o último século, um bom número de sociedades que anteriormente tinham pouca ou nenhuma familiaridade com o letramento passaram a usar a leitura e a escrita como parte do seu repertório comunicativo. Questões sobre o 'impacto' do letramento sobre tais povos ou suas 'consequências' para a cognição e o desenvolvimento social tenderam a supor um único letramento – o dos ministrantes – e um único processo previsível – o da transformação de passivos ' iletrados' em letrados (STREET, 2006, p. 474-475, grifos do autor).

Brian (2014) sugere a discussão sobre os múltiplos letramentos e os argumentos complexos que abarcam este conceito, explorando o letramento e o seu caráter ideológico, noções de poder, identidade e agência. Segundo ele, ultimamente houve expressivo acréscimo no aspecto transcultural voltada às teorias no estudo do letramento, amparado em estudos antropológicos numa metodologia etnográfica que respalda os novos estudos sobre o letramento.

Prefiro, antes de mais nada, falar de práticas de letramento do que de 'letramento como tal' . Existem vários modos diferentes pelos quais representamos nossos usos e significados de ler e escrever em diferentes contextos sociais e o testemunho de sociedades e épocas diferentes demonstra que é enganoso pensar em uma coisa única e compacta chamada letramento (STREET, 2006, p. 466).

O professor e antropólogo Street (2014), nos revela ser importante admitir o modelo ideológico, rejeitando a visão dominadora do letramento enquanto habilidade neutralizada, nos permitindo entender o letramento como uma prática ideológica cercada por relações de poder, significados e práticas culturais, com o intuito de promover o entendimento mais concreto das práticas

letradas em contextos reais. Alerta que várias discussões sobre alfabetização não introduzem precisamente o letramento, mas atribuições ocidentais e hegemônicas do letramento autocrático, ele discute a relevância do enredo social no desenvolvimento de programas de letramento.

Gostaria de estender algumas dessas propostas para argumentar que as práticas de letramento são constitutivas da identidade e da personalidade (personhood). O que quero dizer com isso é que, quaisquer que sejam as formas de leitura e escrita que aprendemos e usamos, elas são associadas a determinadas identidades e expectativas sociais a cerca de modelos de comportamento e papéis a desempenhar (STREET, 2006, p. 466).

Ele pondera que a interação e a complexidade da fala e da escrita, decorrem dos padrões comunicativos, apontando os seminários como exemplo.

Precisamos começar, acredito, tentando tomar consciência da linguagem que usamos e das perguntas que fazemos. O poder de definir e de nomear é em si mesmo um dos aspectos essenciais dos usos do letramento, de modo que precisamos ser ainda mais cuidadosos a cerca dos termos ao abordar o próprio letramento (STREET, 2006, p. 465-466).

No Brasil, os estudos sobre letramento mostram a utilização do termo e suas diversas traduções para se referir à mesma ideia, visto que, os referidos termos estão relacionados, mas representam eventos, processos e ideias diferentes. O letramento tem relação com a capacidade constituída no processo de aprendizagem para a busca e a utilização da informação na aplicação do conhecimento – produzir artigo para apresentar em congresso, é um bom exemplo disso.

Diferentes letramentos, portanto, são associados a diferentes personalidades e identidades. Conjuntos semelhantes de associações podem ser vistos nesta cultura, uma vez reconhecida a importância do letramento para tais processos. [...] A ideia de que as práticas de letramento são constitutivas de identidades fornece-nos uma base diferente – e eu argumentaria: mais construtiva – para compreender e comparar as práticas de letramento em diferentes culturas, alternativa à ênfase corrente numa simples dicotomia letramento/iletramento, em necessidades educacionais como inevitavelmente endêmicas ao letramento e no tipo de letramento associado com uma pequena subcultura acadêmica, com sua ênfase no texto ensaístico e na identidade típica a ele associada (STREET, 2006, p.470).

Ao pensar em implantação do letramento deve-se considerar inicialmente a concepção de pesquisa e de ensino-aprendizagem subjacente ao processo do letramento que focaliza conceitos, procedimentos e atitudes que permitem a identificação da necessidade de informação e de limitá-la, em consonância com as necessidades, bem como a construção do conhecimento por meio de estratégias de organização e apreensão, fundamentadas na ética e nos aspectos econômicos e sociais.

O letramento pode ser compreendido como a capacidade de pesquisar e resolver problemas complexos por meio de metodologia científica, considerando o pensar reflexivo e as pesquisas na educação básica, mesmo havendo os problemas como a inexistência de orientação para busca

e uso da informação; formação inadequada dos professores para o ensino da pesquisa; visão reducionista da concepção de pesquisa por parte dos aprendizes e professores de Letras.

Pretende-se interpretar o desenvolvimento da linguagem oral e o trabalho com os gêneros orais nas escolas. Parte-se do pressuposto de que narrativa indígena é local privilegiado do conhecimento de um grupo social. Para isso, adotasse o conceito de interculturalidade, sabendo-se que os povos indígenas são originariamente representativos de uma cultura oral, neste contexto, almeja-se refletir se os Estados de fato cumprem o seu papel para que as escolas contribuam para o fortalecimento e a conservação dos gêneros orais da cultura indígena.

Busca contribuir para a reconstrução intercultural do direito ao letramento, alargando as fronteiras do conhecimento sobre o letramento indígena, à luz de uma fundamentação teórica dos Novos Estudos de Letramento, da Linguística Aplicada e dos Estudos Culturais, são interpretados os discursos que reconstróem interculturalmente o direito ao letramento como direito ao registro escolar da tradição cultural.

Uma democracia exige a participação dos indivíduos que compõem a comunidade, permitindo possibilidade das pessoas possuírem a diversidade de crenças, etnias, opiniões e projetos garantindo a liberdade. Cada criança para ser introduzida no mundo propriamente humano recebe a herança cultural, sempre mediada pelos outros.

O comportamento humano passa a ser regulado pelo mito, pela religião, pela ética, pela estética. Durante a imersão na vivência Fulniô foi possível sentir a força dessa etnia nos cinco dias de acampamento na área indígena, com o ritual para a limpeza do campo espiritual, as pinturas corporais tradicionais, a confecção do maracá em oficina conduzida pelos guerreiros, no feitiço do rapé, na preparação em cerimônia com a jurema sagrada.

O mundo natural torna-se humano com a cultura, tradição e ruptura. Sendo assim, conhecer a cachoeira, as nascentes das águas e as pinturas rupestres em trilha pela serra e os materiais para a produção dos adornos, além do encanto dos cânticos Fulniô, certamente aumenta e muito o respeito pela cultura indígena. E apesar de muitos não saberem ler e escrever permanece a sua oralidade de geração em geração perpetuando a sua língua indígena.

Estamos vivendo a era da informatividade, e embora, precisemos ainda avançar para acompanharmos o desenvolvimento e o crescimento da sociedade, com as complexidades que surgem a cada dia, não podemos negar que a definição de analfabeto tem se modificado de uma forma bastante significativa. Entretanto, novas exigências vão surgindo, e como afirma Magda Soares:

Durante muito tempo, era considerado analfabeto o indivíduo incapaz de escrever seu próprio nome. De um tempo para cá, o que define este indivíduo como analfabeto ou alfabetizado é o saber escrever um bilhete simples ou um recado, que são ações da escrita que a fazem ser uma prática social. Ser alfabetizado hoje significa incorporar as práticas da leitura e da escrita, adquirir competência para usá-las, envolver-se através de livros (assim como jornais, revistas etc.), saber preencher formulários, escrever cartas, localizar-se em catálogos telefônicos, compreender uma bula de remédio entre outros (SOARES, 2005).

Assim, é possível observarmos, que já não basta o indivíduo ter apenas a capacidade de decodificar as letras, juntar as sílabas ou formar palavras. As práticas de uso da Língua escrita sobrepõe a tudo isso, levando a uma exigência de domínio de compreensão, interpretação e aplicação social, que tem se tornado uma condição para a sobrevivência e inserção deste indivíduo no mundo letrado, que busca acompanhar as grandes transformações que vem atingindo todos os níveis e esferas que compõe a sociedade. É neste cenário, que surgem as Políticas de Letramento.

Os avanços culturais, tecnológicos, o mercado de trabalho etc. exigem cada vez mais competências ampliadas e atualizadas. Desta forma, torna-se indispensável o desenvolvimento de habilidades de domínio da língua no que diz respeito à leitura e a escrita, enfatizamos a importância da formação de educadores indígenas para que pelo menos todo o ensino fundamental seja oferecido em suas próprias aldeias e havendo falantes da Língua Indígena, insistimos na necessidade da oralidade, da leitura e da escrita desta além da Língua Portuguesa em sala de aula.

É com base em todas estas afirmações, que focamos o nosso olhar, na relevância da educação indígena, a globalização é uma tendência irreversível, mas não é substituta do local, não é a única possível. Assim sendo, o aprofundamento do letramento indígena será de extrema colaboração para uma prática de ensino satisfatória. Enquanto que a aculturação é o processo de interação que ocorre entre duas ou mais culturas, absorvendo traços uma da outra, incorporando-os como parte integrante de sua própria cultura. A palavra ‘intercultural’ é frequentemente relacionada a interação entre culturas ou, mais especificamente, é a relação

entre indivíduos de diferentes culturas e pode ser também à compreensão de como a cultura afeta os comportamentos e visões de mundo desses indivíduos.

Desde a colonização europeia, os indígenas vêm sofrendo problemas sociais que foram aumentando com o passar dos anos. Assim, como forma de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos indígenas, o melhor método de desenvolver as comunidades dentro de suas perspectivas tradicionais e culturais, protegendo a diversidade, é formá-los, ao menos da Educação Infantil ao Ensino Fundamental em suas próprias aldeias, educando-os, disciplinando e comunicando construtivamente ao orientá-los com os ensinamentos dos seus antepassados que vai além do letramento autônomo.

Como se dizer civilizado se não se aceita conviver com outras civilizações? Como se dizer culto se não aceita conhecer outras culturas? É possível pensar em um letramento indígena, que permita aos índios serem igualmente participantes da construção do Brasil? Quais seriam os gêneros orais necessários à relação desses povos com a sociedade? Quais as práticas de letramento sugeridas para a educação indígena? Quantos idiomas são falados no Brasil? Quais continuidades e rupturas é possível estabelecer? Qual é a dúvida cabível?

Os indígenas são falantes de 180 línguas divididas por 35 grupos linguísticos em nosso país multilinguística, populações monolíngues, bilíngues e plurilíngues (aqueles que além da sua língua materna e da Língua Portuguesa, falam outras línguas). A oralidade tem papel importante na cultura indígena, mas a língua do outro sempre foi usada como ferramenta de dominação por conquistadores e colonizadores.

Interessam mais os bens culturais – objetos, lendas, músicas – que os agentes que os geram e consomem. Essa fascinação pelos produtos, o descaso pelos processos e agentes sociais que os geram, pelos usos que os modificam, leva a valorizar nos objetos mais a sua repetição que sua transformação. (CANCLINI, 1998, p.211).

É perceptível o desejo das novas gerações de jovens indígenas de entrar e fazer parte de uma identidade que os identifique e garanta seu espaço no mundo globalizado através da sua escrita, das línguas reaprendidas e praticadas nas escolas na revalorização da interação consciente com outras culturas e suas identidades individuais e coletivas. Canclini(p.239) define que nem sempre a preservação pura das tradições e o isolamento é o melhor recurso popular para se reproduzir e reelaborar as situações, “nem a modernização exige abolir as tradições, nem o destino fatal dos grupos tradicionais é ficar de fora da modernidade”.

O letramento indígena é uma forma de resistência e valorização da cultura indígena. A atual política adotada pelo MEC se baseia em um paradigma de respeito à interculturalidade, ao multilinguismo e a etnicidade. Ao desvelar e tecer um diálogo das concepções sobre memórias, Halbwachs (1990, p.142-147) lembra que há uma multiplicidade de formas de vida individual e de memórias coletivas, interesses comuns, história de colonização, luta pelos direitos e autonomia sociocultural.

Os europeus quando invadiram os territórios indígenas ignoraram as diferenças linguístico-culturais por ser mais fácil homogeneizar, tornar os nativos iguais desqualificando-os para dominá-los político, econômico e religiosamente, justificando desta maneira as ações contrárias aos índios. Ao percebermos as diferentes culturas entendemos o dinamismo do contínuo processo de transformação, a diversidade étnica e linguística brasileira é imensa. Mesmo a democracia sendo um avanço, para com os indígenas brasileiros o Estado e o povo ainda estão pendentes com as dívidas históricas que devem ser resolvidas com medidas governamentais concretas.

Graças ao respeito a certas tradições (o controle coletivo das terras e o sistema de reciprocidade), a renovação de seu ofício artesanal e a adaptação a uma interação complexa com a modernidade conseguiram uma independência florescente que não teriam conseguido fechando-se em suas relações ancestrais. (CANCLINI, 1998, p.238).

Os desafios enfrentados pelos povos indígenas no Brasil de hoje, são: a superação da ideia de extinção que inculcaram na população brasileira, a construção de uma identidade política, unidade articulada de povos culturalmente distintos na defesa de interesses comuns, continuidade das diferenças de projetos, de garantias das territorialidades e da conquista de cidadania global, a luta pela autodeterminação identitária e pelos direitos nacionais, democracia, racial, cultural e política.

O reconhecimento, sobretudo dos direitos originários dos povos indígenas na Constituição Federal proporciona aos indígenas brasileiros igualdade política em relação ao restante da população brasileira, objetiva o exercício pleno da cidadania. O Artigo 5º da Constituição de 1988 declara que “todos são iguais perante a Lei, sem distinções de Nacional qualquer natureza” e consagra em seu Capítulo VIII, “Dos índios”, o princípio de que os índios são senhores da terra e o direito a sua terra não depende de reconhecimento formal, essas terras constituem patrimônio de relevante interesse público da União.

A Conferência Nacional do Trabalho garantiu aos índios direitos mais específicos em relação à proteção das culturas defendendo o multiculturalismo. A UNESCO aprovou a Convenção sobre a proteção e Promoção da Diversidade das Expressões culturais, incluindo em seus interesses as culturas indígenas. Os Artigos 26 e 79 da Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional asseguram o direito à igualdade de condições de vida e cidadania, garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos os brasileiros.

Atualmente, cada vez mais os povos indígenas estão sendo afetados em seus interesses e demandas, como a insuficiência dos critérios socioculturais para a identificação das populações indígenas, os prejuízos trazidos pela noção de vulnerabilidade, associada frequentemente à julgamentos sobre a primitividade e autenticidade na utilização de estereótipos (ladrões, traiçoeiros, preguiçosos, comprados e beberões). Os casos que surgiram de etnogêneses em nossa nação, são frutos de diversos grupos étnicos indígenas aldeados em missões religiosas do Médio e do Submédio São Francisco que foram considerados assimilados (muitos dizem que os índios se venderam/foram comprados) no final do século XIX, visão essa trazida de forma estereotipada.

Esses povos parecidos com o perfil dos sertanejos, mas que apresentavam alguns marcadores culturais, se diferenciavam pouco, mas, sobretudo o ritual do Toré e a festa do Ouricuri os fizeram manter uma identidade distinta, reforçada pela marginalização social, sem crenças definidas devido a imposição da Igreja Católica, Apostólica e Romana, perderam a sua Língua, como é o caso da maioria das tribos localizadas no Nordeste deste país, mas não a sua cultura, o processo de reetnização torna-se evidente desses povos tidos por eles mesmos como resistentes.

O sentido de pós-moderno também significa “acima e além”, nada menos do que progresso, dar um passo adiante (no tempo), da aculturação para uma noção ativa de autoria fazendo uma ponte ao texto O local da Cultura: Como o novo entra no mundo – Homi K. Bhabha (1998), reconhecemos o que impulsiona a intrigante vontade de saber do discurso pós-colonial é a perversidade radical, a experiência da incompreensibilidade em meio ao colonialismo que nos remete ao caos que aflige as sociedades. As representações não devem ser lidas ligeiramente como os reflexos de traços culturais ou étnicos já estabelecidos, ditados de maneira fixada na

tradição. As articulações sociais das perspectivas das minorias, é uma complexidade em andamento, procurando conferir autoridade aos que emergem na transformação histórica.

No capítulo XI de 'O local da cultura' são introduzidos os assuntos da comunidade através da ideia de contínua transformação das identidades e semelhanças de outras temporalidades culturais na invenção da tradição. Para Bhabha (1998, p.292), no discurso das minorias há a imposição dos tempos pós-coloniais como resultado de uma leitura contra ideias abstratas das novas fronteiras do mundo e o espaço pós-moderno, que instaura uma ideia de como o novo entra no mundo como ato de tradução cultural. Essas questões transversais da literatura não apenas retomam o passado como causa social; elas renovam o passado, reconfigurando como um entre-lugar nas visões sobre o pós-colonial e as identidades, que inovam e irrompem a atuação presente das provocações da tradução cultural.

Assim, todo escritor em situação periférica que se defrontou com a contingência de ter de exprimir na língua do outro (colonizador) um imaginário americano partilha um *hipertexto comum*, constituído pela massa de discursos postos em circulação pelas diferentes formações culturais que se cruzam na sociedade [...] Por caráter híbrido entendemos o cruzamento de tendências que valoriza e respeita o Diverso e as distintas estratégias de construção/desconstrução identitária, situando-se, portanto, na movência do heterogêneo e do pós-moderno. (BERND, 1998, p. 41-42, grifos do autor).

Na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas vislumbramos que estes povos têm o direito de praticar e revitalizar as manifestações, costumes culturais, tais como sítios arqueológicos e históricos (Art.11). Eles têm o direito de manifestar e ensinar cerimônias espirituais e religiosas (Art. 12). Os indígenas têm o direito de utilizar e transmitir às gerações futuras suas histórias, filosofias, sistemas de escrita e literaturas (Art. 13).

O artigo 8 declara que as pessoas indígenas têm direito a não sofrer assimilação forçada ou a destruição de sua cultura, já no artigo 14 afirma que esses povos têm o direito de estabelecer e controlar seus sistemas e instituições educativas, que ofereçam educação em seus próprios idiomas, em consonância com seus métodos culturais de ensino e aprendizagem. E, por sua vez, os Estados adotarão medidas eficazes para que os indígenas em particular as crianças, mesmo as que vivem fora de suas aldeias, tenham acesso se possível, à educação em sua própria cultura.

Os povos indígenas têm o direito de manter, proteger e desenvolver seu patrimônio cultural, seus conhecimentos tradicionais e as manifestações de suas ciências, tecnologias e culturas, as tradições orais, as literaturas, os desenhos, os esportes e jogos tradicionais e as artes visuais e interpretativas, os Estados adotarão medidas eficazes para reconhecer e proteger esses direitos.

Conforme o art. 210, § 2º, da Constituição Federal, o Ensino Fundamental deve ser ministrado em Língua Portuguesa, assegurada também às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. O ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia (art. 26, § 4º, da Lei nº 9.394/96).

As histórias e as Culturas Indígenas e Afro-brasileiras, devem estar presentes, obrigatoriamente, nos conteúdos desenvolvidos no âmbito de todo o currículo escolar e, em especial, no ensino de Arte, Literatura e História do Brasil, assim como a História da África, deverão assegurar o conhecimento e o reconhecimento desses povos para a constituição na nação (conforme art. 26-A da Lei nº 9.394/96, alterado pela Lei nº 11.645/2008).

Vários são os trabalhos sobre letramento realizados no Brasil, dedicados praticamente a investigação do letramento escolar, concentrado apenas nas habilidades da escrita. Os estudos sobre letramento nas últimas décadas têm a sua atenção voltada para o que Brian Street (2014) chama de letramento autônomo, para ele é preciso compreender o letramento como prática social reconhecendo a ideologia do letramento, explicitando o modelo com o qual trabalha a natureza ideológica do letramento, discutindo sobre os múltiplos letramentos e as questões complexas que atravessam este conceito., explorando o letramento ao levar em conta seu caráter ideológico, passando por noções de poder, identidade e agência.

Segundo Street (2014), ultimamente houve significativo aumento na perspectiva transcultural voltada as teorias no Estudo do letramento, apoiado em estudos antropológicos numa metodologia etnográfica que fundamenta os novos estudos sobre o letramento, nos revelando ser importante reconhecer o modelo ideológico, rejeitando a visão dominante do letramento enquanto habilidade neutralizada, nos permitindo compreender o letramento como uma prática ideológica cercada por relações de poder, significados e práticas culturais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Sabe-se da importância da interdisciplinaridade dentro do nosso campo de estudo, e o que nos provoca uma curiosidade maior, é saber que ela nos possibilita ainda, interpretação, conhecimento, encara-se a cultura e o contexto histórico e social de determinado contexto, além

de adentrar por caminhos diversos, procurando entender o pensamento humano. Com relação às linguagens, os brasileiros evitam falar de influência formal ocidental nas matérias locais, porque nela conserva a ideia fixa de que nas culturas periféricas persiste a subalternidade dos países colonizados em relação aos países colonizadores.

Todo extensionista é, antes de tudo, leitor privilegiado que tem o encargo de dar sentido ao conhecimento no processo de comunicação. Muito se fala sobre intertextualidade, Roland Barthes (1988) mostra que 'o texto é um tecido de citações que emanam de outros textos', o autor não é criador único do texto. Aproximando-se do vasto campo das práticas sociais e dos processos históricos, os *cultural studies* preocuparam-se, em primeira mão, com os produtos da cultura popular que expressavam os rumos da cultura contemporânea. Narrativas indígenas encontram espaço para firmar a sua história/afirmar a identidade indígena; enfrentar uma cultura em movimento; a busca por autonomia; a produção literária na busca do entre-lugar, segundo Bhabha (1998).

O pior de todos os erros consiste em julgar o outro segundo nossos próprios termos. A cultura, etnia e tradição na arte indígena combina bem com a arquitetura contemporânea. O valor estético vincula-se com o valor do mercado, no qual está autorizado a falar por ser possuidor/comprador e por viver no centro, enquanto, o outro por estar na margem e ser pobre seja lá o que venha a dizer não faz diferença, a arte é uma mercadoria.

O quadro traçado por Yúdice (2004) supõe discutir no passo das transformações contemporâneas as noções de agenciamento e empoderamento, a performatividade do “cuidado de si”, o imperativo social do desempenho, os movimentos culturais e a posituação legal dos processos identitários locais frente às agências globais, além das correspondências fabricadas entre a inovação como alavanca do capital e da cultura.

Na construção desse diálogo, as experiências de escolarização, especialmente na sua vertente "diferenciada". É, de fato, no âmbito dessas experiências de ensino formal, que muitos grupos indígenas estão refletindo e recriando através da escrita em línguas indígenas e em língua portuguesa suas formas de produzir e transmitir experiências históricas. Tendo como enfoque o processo de escolarização e letramento em andamento em vários contextos indígenas no país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Tradução de Mário Laranjeira. Prefácio de Leyla Perrone – Moisés. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BERND, Zilá. *Literatura comparada e literaturas periféricas*. In: Limiares Críticos: ensaios sobre literatura comparada. Reinaldo Marques e Gilda Neves Bittencourt (organizadores). Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p.39 a 44.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. - Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.394p.

CANCLINI, Néstor García. A encenação do popular. In: Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. Trad. Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998. p. 205-254.

CÉSAR, A. *A construção da autoria na formação do professor e o letramento bilíngue em escolas indígenas na Bahia*. Comunicação apresentada no XI INPLA – Intercâmbio de Pesquisas em Linguística Aplicada, PUC-SP, 1999.

\_\_\_\_\_. *Algumas questões a propósito de línguas e construção de identidades étnicas*. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Estudos Linguísticos XXXV, p. 52-59, 2006.

\_\_\_\_\_. *Lições de Abril: construção de autoria entre os Pataxó de Coroa Vermelha*. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) Universidade Estadual de Campinas, SP, 2002.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE /Resolução CNS nº 304, de 10 de agosto de 2000, nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA/ Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562 p.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?*. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p.11-14.

*Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça | GPP – GeR: módulo II / Orgs. Maria Luiza Heilborn, Leila Araújo, Andreia Barreto. – Rio de Janeiro : CEPESC; Brasília : Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010. 266p.*

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

RODRUGUES, Kelly. O conceito de lugar: a aproximação da geografia com o indivíduo. In: Encontro Nacional da ANPEGE, 9., 2015, São Paulo. Anais...São Paulo: ANPEGE, 2015. p. 5036-5047.

SANTIAGO, S. (Superv.). *Glossário de Derrida*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

\_\_\_\_\_. *O Cosmopolitismo do Pobre: crítica literária e crítica cultural* Belo Horizonte: Ed UFMG, 2004.

\_\_\_\_\_. *O entre-lugar do discurso latino-americano*. In: SANTIAGO, S. *Uma literatura nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. *Nas malhas da letra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SOARES, Magda. *Letramento um tema em três gêneros*. Editora Autêntica, 2005.

STREET, Brian. *Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. São Paulo: Parábola, 2014, 240 p. (Traduzida pelo linguista Marcos Bagno)

STREET, Brian. *Perspectivas interculturais sobre o letramento*. *Filol. Lingüíst. port.*, n.8, p. 465-488, 2006.

TONET, Ricardo Moncorvo. *Algumas sugestões sobre o novo papel da extensão rural frente ao desenvolvimento local sustentável*. *Informações econômicas, SP*, v.38, n.10, out.2008. p.28-34.

YÚDICE, G. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Trad.: Maria Anne kremmer. Belo Horizonte: UFMG, 2004, p 401-459.